

RECURSO ESPECIAL Nº 1.698.516 - PB (2017/0237049-1)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA**
ADVOGADO : **DÓRIS FIÚZA CORDEIRO - PB027757**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FUNDEF. PENDÊNCIAS DE AÇÕES ORDINÁRIAS EM TRAMITAÇÃO NO STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IRRELEVÂNCIA. DANO A RESSARCIR. INEXIGIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CAUSA MODIFICATIVA DA OBRIGAÇÃO. LIMITES DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. DISCUSSÃO SOBRE A VALIDADE E EXTENSÃO DO TÍTULO JUDICIAL. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. Apelação interposta pela União contra sentença que julgou procedente, em parte, os embargos à execução, acolhendo os cálculos elaborados pela Contadoria do Foro, após a anuência de ambas as partes, para fixar o valor total da execução, atualizado até novembro de 2013, deixando de condenar as partes em honorários advocatícios, tendo em vista a sucumbência recíproca.

2. O fato de existirem ações ordinárias em tramitação no STF - Supremo Tribunal Federal não justifica, por si só, que a matéria não seja enfrentada neste julgamento. É que, considerando o trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento que originou o título executivo, o resultado do julgamento das supracitadas ações civis que tratam do VMAA - Valor Mínimo Anual por Aluno não terão qualquer influência.

3. O município não necessita comprovar nenhum dano a ser ressarcido para exigir os valores que lhe foram concedidos por sentença, pois nenhuma condição foi imposta e não poderia, nesta fase processual, ser exigida, pelo fato de que não foi discutido no processo de conhecimento, nem, muito menos, constou do título judicial.

4. Não há que se falar em existência de causa modificativa da obrigação, consubstanciada na existência de fato consumado. Os valores reconhecidos como devidos na sentença dizem respeito à transferência de valores que, à época, deveria ter sido efetuada, não importando que a disciplina jurídica e os critérios ora adotados diverjam do regime jurídico outrora vigente, ou seja, a extinção do FUNDEF e a criação do FUNDEB não tem o condão de extinguir as obrigações não cumpridas ou tornar inexigíveis os valores reconhecidos em sentença transitada em julgado.

5. Matérias suscitadas no recurso aflatório que não podem ser objeto de discussão em sede de embargos à execução, o qual se destina, tão somente, a apreciar a validade e extensão do título judicial.
6. Precedentes desta 4ª Turma.
7. Apelação improvida.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fls. 351-354, e-STJ).

A recorrente alega ter ocorrido violação ao art. 485, V, e 1.022, II, do CPC/2015; 1º-F da Lei 9.494/1997; 1º e 2º da Lei 9.424/1996; 8º da LC 101/2000; e 22 da Lei 8.906/1994. Aduz a necessidade de haver prévia liquidação por artigos. Defende a impossibilidade de retenção dos honorários contratuais dada a destinação específica da verba.

O recorrido concordou com a argumentação relativa à incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, ensejando a homologação de acordo parcial, nos termos da Decisão de fls. 451-452, e-STJ.

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso (fls. 467-472, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, verifica-se que a recorrente sustenta que o art. 1.022, II, do Código de Processo Civil foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assevera apenas ter oposto Embargos de Declaração no Tribunal *a quo*, sem indicar as matérias sobre as quais deveria pronunciar-se a instância ordinária, nem demonstrar a relevância delas para o julgamento do feito.

Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF. Cito precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. (...) JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. 1. Não se conhece da violação ao art. 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.

(...)

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 527.755/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 25.8.2014)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 2º DA LINDB. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC.

ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE.

1. A genérica alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro, atrai o óbice da Súmula 284 do STF.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1398849/PB, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 27.8.2014).

Ademais, consta no voto condutor do acórdão: "no que concerne à necessidade de liquidação por artigos, à correção monetária, à vinculação do precatório ao fundo reservado à educação e à retenção de honorários, constata-se que tais matérias **não foram objeto do recurso apelatório da União**, não podendo agora serem alegadas na via estreita dos embargos".

Desse modo, ausente o requisito do prequestionamento quanto a tais pontos, o que enseja a incidência da Súmula 211 do STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Isso posto, **não conheço do Recurso Especial**.

Brasília (DF), 14 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator